

Dora Kramer\*

Nas águas turvas do filhotismo

A julgar pelo modo como Flávio Bolsonaro (PL) conduz sua carruagem, ele ainda não entendeu que a condição de filho de ex-presidente — preso e inelegível — não lhe dá a prerrogativa de mandar no governador de São Paulo.

Já Tarcísio de Freitas (Republicanos) exibiu alguma noção do que significa comandar o maior estado do país e segundo maior orçamento da República, ao se recusar a cumprir as ordens do O1.

Autorizado a atender ao pedido de Jair Bolsonaro (PL) para um encontro na morada prisional, Tarcísio disse que iria em atenção ao “amigo”. O homem chamou, mas ele quis afastar decisões políticas da conversa.

Açodado, Flávio deu-se ao atropelo. Anunciou que o governador receberia de Bolsonaro a determinação de candidatar-se à reeleição, pois a fila para a disputa presidencial teria o filho mais velho como preferência.

A política tem regras e rituais a serem seguidos e o senador precisará compreender isso se não quiser perder o capital de intenções de votos de que dispõe hoje nas pesquisas.

O bom político pode até ter duas caras, mas não dei-

xa isso tão evidente. Nas palavras o senador é humilde e cordial; nos gestos é prepotente e hostil. Assim, denota inabilidade e inspira desconfiança.

Visita remarcada para esta semana, Tarcísio foi logo avisando mais uma vez que vai à reeleição. Com isso, tomou a si a iniciativa da decisão e o poder de mudar de opinião conforme as circunstâncias.

O cassado e autoexilado Eduardo (PL) juntou-se ao irmão na impertinência, com a alegação de que Tarcísio de Freitas era um desconhecido até ser levado pelo prestígio do pai ao Palácio dos Bandeirantes.

Isso faz quatro anos e de lá para cá o governador conquistou boa avaliação no exercício do cargo, período em que Jair Bolsonaro perdeu a reeleição e a liberdade.

Projetos políticos de sucesso não vicejam em ambiente de divergências internas. Se não ficar esperta, a direita corre o risco de caminhar para um irreparável racha e se afundar nas águas turvas do filhotismo.

\*Jornalista e comentarista de política

Floriano Pesaro\*

A nova desordem global e o teste de 2026

O ano de 2026 não deve ser compreendido como mais um capítulo turbulento da política internacional. Ele se impõe como um marco de transição estrutural, em que a ordem global deixa de cumprir sua principal função, organizar expectativas, reduzir incertezas e oferecer previsibilidade mínima aos Estados, às economias e às sociedades. As instituições permanecem formalmente em funcionamento, os tratados seguem vigentes e as alianças continuam sendo evocadas, mas o seu poder real de coordenação se esvazia de forma acelerada.

Vivemos um momento em que as regras sobrevivem, porém já não orientam decisões estratégicas. O sistema internacional não entra em colapso, torna-se disfuncional. E isso representa um risco maior do que a ruptura aberta, pois normaliza a instabilidade como estado permanente e reduz os incentivos à cooperação de longo prazo.

Nesse contexto, os Estados Unidos deixam de atuar como eixo estabilizador do sistema e passam a ser um de seus principais vetores de incerteza. A reorganização interna do Estado americano, marcada pela redução dos freios institucionais, pela concentração decisória e pela politização explícita da economia, produz um ambiente de imprevisibilidade estrutural. O poder passa a ser exercido de forma mais direto, menos normatizado e menos previsível, com impactos que se irradiam para além de suas fronteiras.

Ao mesmo tempo, a disputa estratégica entre Estados Unidos e China deixa de ser apenas ideológica ou comercial e assume uma dimensão material profunda. A China consolida sua liderança em baterias, energia limpa, veículos elétricos, infraestrutura e inteligência artificial aplicada. Trata-se do controle das bases físicas e tecnológicas do século XXI. Em contrapartida, os Estados Unidos reforçam sua aposta em petróleo, gás e instrumentos tradicionais de poder econômico. A disputa deixa de ser apenas por mercados e passa a ser pela arquitetura do futuro.

A retomada explícita da lógica da Doutrina Monroe amplia ainda mais as tensões, sobretudo no hemisfério ocidental. Não se trata mais de proteção regional, mas de controle direto, por meio de coerção política, econômica e estratégica. Esse movimento reduz o espaço de autonomia dos países latino-americanos e eleva a volatilidade regional, em um ambiente com menos mediação diplomática e maior imposição de interesses.

Na Europa, o cenário é de paralisia simultânea. França, Alemanha e Reino Unido enfrentam crises políticas que não se limitam a governos específicos. O que está em curso é o enfraquecimento do centro político europeu, incapaz de formular consensos estratégicos duradouros. A União Europeia deixa de ser um ator geopolítico coeso e passa a funcionar como espaço de disputa, vulnerável a pressões externas e fragmentações internas.

No front oriental, a guerra envolvendo a Rússia se transforma. O conflito se afasta das trincheiras convencionais e se espalha por múltiplas frentes, ataques cibernéticos, sabotagens, drones, desinformação e operações híbridas. A reação da OTAN, ainda que calibrada, eleva o risco de escaladas não intencionais em um ambiente onde a distinção entre guerra e paz se torna cada vez mais difusa.

No plano econômico, avança um capitalismo de Estado à americana, no qual subsídios, tarifas, contratos e políticas industriais passam a responder mais à lógica política do que à racionalidade econômica. Empresas alinhadas ao poder são protegidas, enquanto aquelas percebidas como críticas tornam-se vulneráveis. O mercado deixa de ser árbitro e passa a ser instrumento.

A China, por sua vez, enfrenta uma armadilha deflacionária persistente. Incapaz de reativar plenamente sua demanda interna, tenta exportar sua crise para o resto do mundo por meio de excesso de capacidade, produtos baratos e pressão competitiva sobre indústrias globais. O resultado é o aumento de respostas protecionistas e a fragmentação das cadeias globais de comércio.

Nesse ambiente, até mesmo estruturas concebidas para oferecer estabilidade perdem eficácia. O acordo comercial da América do Norte, o USMCA, sobrevive como arcabouço formal, mas já não organiza expectativas. Ele não colapsa, porém deixa de oferecer previsibilidade. As regras permanecem, mas deixam de orientar decisões estratégicas de longo prazo, ampliando a incerteza para empresas e investidores.

A disputa por recursos estratégicos também se intensifica, e a água emerge como novo instrumento de poder. Barragens, controle de fluxos, escassez e dependência hídrica passam a ser fatores centrais de pressão entre Estados. Os conflitos deixam de girar apenas em torno da posse do recurso e passam a envolver, sobretudo, a capacidade de regular o acesso.

Nesse cenário de erosão da ordem internacional, o Brasil ocupa uma posição singular. Distante dos principais focos de conflito militar, dotado de vastos recursos naturais, matriz energética limpa, capacidade agroindustrial e tradição diplomática reconhecida, o país reúne condições raras de atuar como fator de equilíbrio em um sistema cada vez mais fragmentado. A liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com sua experiência acumulada, legitimidade internacional e reconhecida capacidade de interlocução, constitui um ativo estratégico. Em um mundo marcado por desconfiança, coerção e unilateralismo, o Brasil volta a ser percebido como espaço de diálogo, mediação e construção de pontes, tanto no Sul Global quanto nas relações com Estados Unidos, Europa e China. Trata-se de uma política externa pragmática, baseada na defesa do multilateralismo, da autonomia estratégica e da busca por soluções negociadas.

Por fim, a inteligência artificial deixa de ser apenas um tema tecnológico e se consolida como risco sistêmico. A busca por retorno rápido leva empresas a adotarem modelos extrativos, substituindo abordagens sustentáveis. O impacto da IA torna-se social, político e institucional, ampliando assimetrias, concentrando poder e tensionando democracias.

**\*Diretor de Gestão Corporativa da ApexBrasil, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, onde atua na modernização da gestão pública, na agenda de inovação, ESG e na promoção da inserção internacional do Brasil**

EDITORIAL

Importância da preparação comunitária

O verão paulista tem reafirmado, ano após ano, um traço já conhecido de quem vive no Estado: a convivência com fenômenos climáticos intensos. Chuvas volumosas em curto espaço de tempo, rajadas de vento, quedas de árvores, alagamentos e interrupções no trânsito fazem parte do noticiário e do cotidiano de milhares de pessoas. Mais do que episódios isolados, esses eventos reforçam a necessidade de uma preparação contínua e coletiva para lidar com os desafios impostos pelo clima.

São Paulo reúne características que ampliam esses impactos. A alta urbanização, a impermeabilização do solo, a ocupação de áreas de risco e a complexa malha viária tornam as cidades mais vulneráveis a temporais típicos do verão. Diante desse cenário, a resposta não pode se limitar à atuação emergencial do poder público. Ela precisa envolver também a comunidade, informada, organizada e consciente de seu papel.

A preparação comunitária começa pelo acesso à informação. Alertas meteorológicos, orientações da Defesa Civil e comunicados oficiais ajudam a reduzir riscos quando são compreendidos e levados a sério pela população. Pequenas atitudes — como evitar áreas alagadas, respeitar interdições, não descartar lixo em vias públicas e manter

atenção redobrada em períodos de chuva forte — fazem diferença na prevenção de acidentes e transtornos maiores.

Outro ponto essencial é o fortalecimento dos laços locais. Vizinhanças que se conhecem e se apoiam conseguem agir com mais rapidez em situações adversas, seja para ajudar pessoas vulneráveis, seja para acionar os serviços adequados. A solidariedade, característica marcante da sociedade paulista, revela-se especialmente valiosa em momentos de emergência climática.

Preparar-se para o verão também é investir em cultura de prevenção. Escolas, associações de bairro, empresas e veículos de comunicação têm papel relevante ao difundir boas práticas e estimular a responsabilidade compartilhada. Cuidar de calçadas, bueiros, encostas e áreas comuns não é apenas uma questão individual, mas um compromisso com o bem-estar coletivo.

Os eventos climáticos do verão não podem ser vistos como exceção, mas como parte de uma realidade que exige adaptação constante. Ao unir planejamento público, informação de qualidade e engajamento comunitário, o Estado de São Paulo avança na construção de cidades mais resilientes, seguras e preparadas para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

Opinião do leitor

Amor da mulher

A mulher amada e eterna está em todos os lugares. Caminha invisível com arranjos floridos. Tranças dos cabelos conversam com o sol. Molha o rosto nas águas do rio profundo. Adormece amores. Nas folhas das árvores altas que semeiam o encantamento. A amada deixa luz pelo caminho. Sorrir esbelta e faceira.

Vicente Limongi Netto  
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Níomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)  
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)  
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sá e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520  
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes  
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132  
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.